

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DE SANTOS – CONCULT, REALIZADA NO AUDITÓRIO DO MUSEU DA IMAGEM E DO SOM DE SANTOS – MISS, NO DIA 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Às 19:05h, o presidente Júnior Brassalotti inicia a reunião dando boas-vindas ao novo secretário de Cultura Rafael Leal, que faz uma primeira fala dizendo que gosta de trabalhar com os servidores, pois estes sabem o que fazem. Diz também que não vai faltar trabalho, já que se considera um *workaholic*. Finalizando a fala, o secretário anuncia que quer tratar de velhos problemas, tais como rever a situação dos artistas de rua, avisando que terá que deixar a reunião às 20:00h, devido a um evento na Unisanta.

O presidente Júnior pede ao secretário Theo para explicar o ocorrido com a ata passada. Theo explica que faltaram alguns dados da ata anterior relativos a comentários do conselheiro Lincoln. Theo também afirma que irá adicionar a informação ao documento.

O conselheiro Lincoln avisa que seu suplente, Alexandre, justificou a ausência.

O presidente Júnior comenta sobre o problema dos artistas de rua, mostrando uma série de matérias de jornal sobre o tema, e lembrando que está no plano de governo do prefeito Paulo Alexandre o comprometimento em melhorar esta situação. Júnior critica a relativização dos diálogos. O conselheiro Caio diz que o diálogo com ouvidor foi positivo, mas o encaminhamento para justiça restaurativa com a Guarda Municipal não foi interessante. O conselheiro Caio reclama que a mediação foi feita com brinquedos de pelúcia e não teve o teor que deveria. Caio também lembra que o processo sobre o decreto estava avançando com o ex-secretário Fabião em direção a manter tal lei apenas para grande eventos, sendo artistas de rua livres de legislação e pequenos eventos sujeitos a uma legislação diferente. O secretário de Cultura Rafael comenta que o decreto 6889 visa controlar melhor os eventos, evitando que sejam simultâneos, organizando a segurança do público e da cidade. O secretário frisa que a intenção do decreto não é censurar, mas sim, organizar. O conselheiro Caio responde que o decreto categoriza que eventos com mais de 100 pessoas devem ser comunicados à prefeitura, mas um palhaço de rua pode aglutinar 100 pessoas na orla. Além disso, o conselheiro Caio lembra que o decreto inibiu festas culturais que estavam acontecendo na rua e que tais festas são importantes para unir as pessoas e criar movimentos culturais, salientando que é preciso retomar esse movimento. O conselheiro Wellington diz que o problema é a segurança, ressaltando que houve problemas parecidos nas bandas de carnaval, como assaltos. O conselheiro Wellington afirma que é preciso usar todos os órgãos para coibir a violência e que o Ministério Público está fazendo pressão sobre esse assunto. O MP já proibiu bailes de carnaval na orla da praia e não se pode correr o risco de mais proibições. Rafael reforça a ideia de não legitimar o discurso da violência da polícia. Diz também que tiveram que mudar o horário do CarnaBonde para as 11:00h por causa de pedido da PM. O conselheiro Wellington afirma ser importante discutir eventos com antecedência e não dar razões ao MP para proibir nada, assim como bailes de carnaval foram proibidos na orla da praia. O conselheiro João Paulo relata que o diálogo não tem sido bom, pois artistas de rua têm sido barbaramente abordados pela PM. Afirma, ainda, ser de extrema importância que o prefeito se pronuncie sobre este assunto. Também levanta como proposta que Secult e o prefeito Paulo Alexandre façam pronunciamento legitimando artistas de rua e deslegitimando a GM. Júnior diz que instituição não pode responder por indivíduos, sendo que muitos dos guardas e policiais têm preconceito social.

O conselheiro Caio questiona Rafael sobre quais serão suas posturas em relação a algumas questões da Cultura da cidade, como: Plano Municipal de Cultura, instabilidade do Facult, decreto do vereador Banha, verba dos festivais e remanejamentos das funcionárias dra. Virgínia Ierizzi e Sandra Petty. O conselheiro Caio ressalta a importância delas na Secult e afirma que conselho deve pedir a volta delas.

Luiz Perez diz que o decreto deve ser medido mais pelo seu efeito do que pela regulamentação e que a violência vem aumentando pela desigualdade social. Luiz diz que a comunidade pode controlar a violência, se o evento tiver caráter popular, sendo que o Estado deve fiscalizar, e não reprimir. O conselheiro Wellington discorda e ressalta uma maior participação do poder público. Diz que das 44 bandas de carnaval da cidade, apenas 4 deram problema, mas justamente por essas 4 que saem na mídia o MP faz pressão. Comenta que tem havido assaltos e a prefeitura precisa ter estratégias para evitar isso. O conselheiro Leonardo relata que na cidade é muito difícil fazer evento e há descontentamento geral em fazer arte. Como exemplo, cita o Festival Free Session, que foi pra São Vicente e sempre foi feito em Santos. Além disso, ressalta o grave problema na preservação do patrimônio público. O conselheiro Lincoln recomenda que seja feita uma carta pedindo a volta das funcionárias Sandra Petty e Virgínia Ierizzi e pergunta ao secretário Rafael se houve mudanças na chefia da Secult. O conselheiro Theo reafirma a importância do posicionamento do prefeito e da Secult com relação aos artistas de rua.

O secretário Rafael diz que não conseguirá aprofundar as respostas por uma questão de tempo. Pede para o conselheiro João não politizar a Cultura e reforça que todos podem cobrar ações dele, pois está ali para trabalhar firme. Sobre as questões do conselheiro Caio, o secretário Rafael ressalta que as funcionárias que saíram são fundamentais para a Secult e que fará o possível pela volta delas, mas que ainda não tem resposta. Sobre o Facult, o secretário Rafael pede para a secretária-adjunta Raquel Pellegrini responder depois. Sobre o problema com artistas de rua, diz que vai se pronunciar. Sobre a Sinfônica, diz que situação está se resolvendo.

O presidente Júnior pergunta ao conselheiro Tex se tem alguma posição da Seduc com relação ao decreto., que responde não ter. O presidente Júnior lembra que apenas a vereadora Telma entrou contra a lei do Banha. O conselheiro Caio pergunta ao secretário Rafael se há alguma nova orientação da Secult com relação às mudanças de secretário, pois o novo secretário (Rafael) é mais próximo do prefeito, diferente dos últimos secretários. O secretário Rafael responde que proximidade com prefeito não é o que justifica o legado de cada um. Diz que seu mandato começou dia 9, mas se considera rápido e está bem antenado na escuta dos servidores e da população. O conselheiro Caio relata estar cansado de ações curativos, sem projetos novos, que são necessárias ideias novas. O secretário Rafael diz que o momento é difícil, mas não quer enxugar gelo, quer realizar. O secretário Rafael se retira da reunião.

A secretária-adjunta Raquel diz que depósitos do Facult serão transferidos a partir de quinta-feira e que o motivo do atraso foi a mudança do número de dotação orçamentária. Diz também que dois projetos desistiram e que o processo de 2018 já está aberto, sendo que neste ano serão permitidas cópias digitais também. A secretária também afirma que no dia seguinte sairá a seleção de filmes para a viagem à Coreia e ressalta que a divulgação do cadastramento para as oficinas na Cadeia Velha sairá nos próximos dias. O conselheiro Caio afirma que as oficinas irão reforçar a ideia da Cadeia Velha como espaço cultural e assim como reforça a ideia de abrir a Cadeia também para ensaios. A secretária Raquel afirma que algumas responsabilidades de manutenção ficaram a cargo do governo do Estado e este precisa retirar alguns materiais obsoletos que estão na Cadeia.

Passando para a próxima pauta, Júnior chama o conselheiro Eduardo para apresentar o pessoal do Comitê por Memória e Justiça. Eduardo ressalta a importância do Comitê e a importância de se dar visibilidade ao assunto em questão. José Luis Baeta, representante do comitê, toma a palavra, agradecendo a oportunidade de poder falar no Concult e diz que o Comitê segue a Comissão Nacional da Verdade sobre os crimes da ditadura, entre 1964 e 1985. Baeta lembra alguns fatos como o navio Raul Soares, um navio prisão, que chegou a cidade em 23 de abril de 1964 e saiu em 24 de outubro de 1964. Diz que o Comitê organiza

eventos tanto no dia de chegada do navio como no dia de partida. Nos dias 23 de abril, organizam uma reunião de famílias que tiveram seus entes violentados na Catraia que vai pro Itapema e nos dias 24 de outubro organizam uma outra atividade denominada Conceito de Justiça de Transição. Baeta relata que Santos tinha um caráter fundante da cultura de solidariedade, muito exercido pelos trabalhadores do porto. Destaca que hoje, a Cultura é a neo-liberal. Afirmar a importância do sítio de consciência, em memória às vítimas do regime, trazendo a verdade, a justiça. Afirmar que em 2018 faz 50 anos do emblemático ano de 1968 e é importante reafirmar o direito a resistência. Baeta diz que o Comitê pretende implantar alguns marcos históricos em certos lugares da cidade, como o Forte dos Andradas, o Cemitério Areia Branca e a Cadeia Velha, lugares de mortes, enterros e prisões de militantes políticos contra o regime militar.

Sérgio Williams, representante da Fams, parabeniza o pessoal do Comitê. César, também do Comitê, diz a João que a PM de Santos tem base na ditadura, vinda da polícia marítima. Diz que a polícia marítima, na época, matava e torturava. César sugere que se faça uma peça de teatro sobre o navio Raul Soares. Baeta afirma que Santos é a primeira cidade brasileira a pedir reparação coletiva. Até então, pedidos eram individuais. Neste sentido, Santos volta a ser vanguarda. O conselheiro Eduardo se compromete a fazer uma carta do Concult em apoio ao Comitê.

O conselheiro Theo se compromete a redigir a carta do Concult requisitando a volta das funcionárias Virgínia Ierizzi e Sandra Petty.

Início da pauta sobre a Fams. O presidente Júnior afirma que diversos requerimentos foram feitos à sra. Vera Taboada pedindo para que representantes da Fams viessem ao Conselho. O conselheiro Leonardo pergunta a Sergio Williams, representante da Fams, informação sobre o uso da Casa da Frontaria Azulejada, pois da última vez que tentou fazer um evento lá, a coordenação do local cobrou 7 mil reais, sendo que o evento seria beneficente. Leonardo diz que o evento acontece há 6 anos lá e não entende o porquê da mudança da última vez. O presidente Júnior ressaltava o problema da manutenção dos imóveis sob responsabilidade da Fams e o problema da falta de datas. O conselheiro Leonardo pede também para ver a contabilidade da Fams, dizendo que os imóveis estão abandonados. Sérgio Williams diz que é diretor- técnico, e não presidente, por isso não respondeu antes, pois não é função dele. Fazendo um preâmbulo, diz que a Fams é uma fundação pública, não é administração direta, é indireta. Tem outro estatuto e outro CNPJ, é diferente da prefeitura. Diz que a Fams deveria ter uma auto-sustentabilidade e nunca teve, sendo que existe há 22 anos. Para isso, a Fams cobra por alguns serviços. Diz também que a Casa da Frontaria Azulejada é o único imóvel da Fams, mas o Outeiro de Santa Catarina não, este é um imóvel municipal. A Prefeitura mantém a Fams, e os diretores da Fams têm tentado dinheiro pro Outeiro. Existe um TAC para isso no gabinete. Diz que crê que o Outeiro será recuperado, mas precisa ver o uso. Diz que a última reforma teve problema com o elevador e isso foi bem ruim. O MP está em cima e o Outeiro deve ser fechado rápido, pois está sendo invadido e assaltado. Quanto à Casa da Frontaria Azulejada, diz que não há manutenção, assim como outros. O conselheiro Leonardo diz que tem muito reboco solto. Sérgio Williams diz que a Frontaria está fechada para reforma, interditada, o sistema de calhas está com muitos problemas. A Casa da Frontaria estava aberta só para poucos eventos. A Fams diz que necessita das subvenções da Prefeitura, pois a Casa da Frontaria está sem condições de ser locada. A locação geraria mais renda para a manutenção do espaço. Em 2017 a política era fechar a Frontaria, mas abriu para alguns eventos, como a Semana da Cultura Caiçara e o Santos Café. Leo pergunta se tem AVCB, e Sérgio diz que não, assim como vários imóveis públicos. Diz também que está pedindo laudo técnico da defesa civil e isso pode agilizar o pedido de verba. O orçamento atual é de 350 mil para arrumar o sistema de calhas e o telhado. Sérgio acha que essa verba sai e, talvez, já se

saiba disso até a próxima semana. Defende que a Fams deve cobrar pelo uso da Frontaria, pois necessita ter auto-sustentabilidade e o uso da Fams para eventos necessita de hora-extra para os funcionários. Sérgio Willians diz que a afirmação do conselheiro Leonardo sobre o valor cobrado está equivocada, pois foi cobrado 6,7 mil pelo uso da Frontaria por 3 dias, e não 7 mil por dia. O conselheiro Leonardo disse que conversou diretamente com a presidente e foi cobrado 7 mil por dia. Sérgio Willians reclamou da verba do evento ser beneficente e não ir para a Fams, já que a Fams precisa de dinheiro para comprar material e fazer manutenção. O conselheiro Caio questiona quais seriam as vantagens desta administração ser via Fundação e não ser mais um departamento da Prefeitura. O comprometimento do Poder Público é menor, o salário da presidente é muito alto, e o cidadão tem que pagar pra usar. Sérgio Willians diz que o salário da presidente é um salário de secretário de governo. O conselheiro Caio diz que o discurso é que a Fundação pode buscar o dinheiro, mas a realidade é outra. Sérgio Willians diz que o vereador Benedito Furtado também tem apoiado essa ideia. Diz ainda que a Fundação pode fazer convênios e aprovar projetos da Lei Rouanet, e que o modelo pode ser muito benéfico, mas precisa funcionar e ele (Sérgio) está lutando por isso. O conselheiro Theo pede para que Conselho tenha acesso aos contratos da Fams com a Prefeitura. Sérgio Willians diz que não há problemas, pois ele tem acesso aos documentos. O conselheiro Jamir sugere que se faça um TAC para a Casa da Frontaria, assim como está sendo feito para o Outeiro, pois assim agilizaria a reforma. O presidente Júnior diz que é necessário conversar sobre a gestão da Fams, pois a situação da Presidente Vera Taboada é estranha, vide as negações em prestar contas para o Conselho. O presidente Júnior ainda diz que Vera comparece pouco a Fams. Sérgio Willians diz que o estatuto da Fams está no site e é preciso lê-lo. O presidente Júnior insiste que é necessário contestar a presidência da Vera, pois as ações são muito morosas. Sérgio Willians diz que o site da Fundação tem um SIC (Serviço de Informação a Cidadão). O conselheiro Platão diz que nomeação da sra. Vera Taboada é cabide e é difícil mexer. O presidente Júnior afirma que é necessário carta ao governador para falar sobre situação. O presidente Júnior lembra da falta da suplência de dança e o conselheiro Theo lembra da falta da suplência na secretaria do Concult. O conselheiro Jamir afirma que Departamento de Eventos voltou inteiro para Secult, sendo Wellington o chefe e a Tássia, a gerente. O conselheiro Theo diz que as informações pedidas sobre alguns RPAs não vieram e que tais informações vêm sendo pedidas desde o ano passado. Diz também que 30 dias atrás fez um requerimento oficial e as informações ainda não vieram. A secretária Raquel diz que o conselheiro Vinicius Sérgio entrou de férias e houve mudança de governo e por isso a devolutiva ficou perdida. A secretária Raquel diz que se prontifica a resolver a situação até a outra semana, em reunião extraordinária da Orquestra.

A Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal de Cultura foi encerrada às 22h12, ficando convocada a próxima Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal de Cultura para o dia 19 de março, às 18h30, em primeira chamada, e às 19h, em segunda chamada, no auditório do Miss. Sem mais, eu, Théo Cancello, redigi e digitei a presente ATA, que por mim segue assinada e pelo Sr. Júnior Brassalotti.

JÚNIOR BRASSALOTTI

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

THÉO CANCELLO

2º SECRETÁRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA